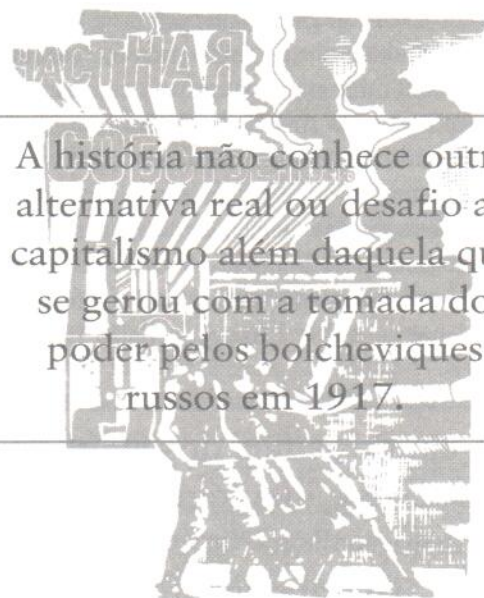


Uma questão medular: vale a pena o socialismo?

ADOLFO SÁNCHEZ VÁZQUEZ*

Uma pergunta que desgosta a quem envidou muito de seus esforços, suas melhores energias físicas e espirituais – e em certos momentos com enormes sacrifícios –, é franca e sinceramente esta: vale a pena hoje o objetivo, a meta, o ideal ou a utopia – os nomes não importam – do socialismo, para os quais se encaminhavam esses esforços, energias e sacrifícios? Vale a pena, do mesmo modo, propor essa alternativa hoje aos que não conheceram nem viveram essa experiência de luta, às gerações que, sem havê-las sofrido, continuam sofrendo os males do capitalismo, exacerbados em sua fase neoliberal? Valeu a pena a alternativa social a que se associa – com ou sem razão – o fracasso da experiência histórica que custou tantos sacrifícios e sofrimentos? A imensa maioria dos que contribuíram com essa dolorosa quota o fizeram convencidos de que essa meta constituía um novo tipo de relações humanas, livres da dominação e da exploração do homem pelo homem; uma sociedade ou alternativa real a um sistema que, por essência, convertia os homens em simples meios ou mercadorias; um sistema que, ao submeter todas as formas de produção – inclusive as mais espirituais – à férrea lei da obtenção de lucros, exigia – para cumpri-la – a exploração do trabalho, a concorrência desenfreada, a transformação do homem em lobo do homem, a dominação de alguns países por outros. Certamente, esses males eram e são inerentes à própria natureza, estrutural, do capitalismo, pois só assim podia ser mantida sua lei fundamental da acumulação de lucros. A necessidade de extirpar esses males era, e é, a razão de ser do socialismo, a própria razão pela qual, há um século e meio, tantos homens sonharam com essa utopia e deram o melhor de suas vidas, sem medir sacrifícios.

Pois bem, se descartamos a breve – historicamente fugaz – experiência da Comuna de Paris de 1871, esmagada em um mar de sangue, a história não conhece outra alternativa real ou desafio ao capitalismo além daquela que se gerou com a tomada do poder pelos bolcheviques russos em 1917. Assim, longínquo que hoje possa parecer e, em consequência, se tem sentido reafirmar e somar esforços, energias e sacrifícios neces-



A história não conhece outra alternativa real ou desafio ao capitalismo além daquela que se gerou com a tomada do poder pelos bolcheviques russos em 1917.

sários para estabelecê-lo, só pode ter uma resposta, a afirmativa, se se tem presente que a razão de ser do socialismo, ou seja, o capitalismo, está aí, e com um peso ainda maior na balança dos sofrimentos dos homens e dos povos. Mas nossa pergunta tem outra face, pois não só deve atender à razão de ser do objetivo socialista, que é – como dizíamos – a existência do próprio capitalismo, bem como a possibilidade de realizá-lo e à sua própria realização. Por isso a pergunta também deve ser formulada assim: tem sentido o socialismo em decorrência do destino final da experiência histórica que parte da Revolução Russa de outubro de 1917, experiência que surge, se desenvolve e se consolida como uma alternativa ao capitalismo em nome do socialismo? Trata-se da alternativa que conhecemos pela expressão que lhe deram seus próprios dirigentes e ideólogos: “socialismo real”. Partidários e adversários de ontem não podem deixar de reconhecer hoje que a tentativa de construir essa nova sociedade, como uma alternativa ao capitalismo, depois de haver destruído as bases econômicas do sistema – propriedade privada dos meios de produção e generalização ilimitada do mercado – chegou a seu fim. E, além disso, contra todas as previsões, de forma inesperada, imprevista.

Deixemos de lado neste momento o problema importantíssimo de quais foram os fatores objetivos e subjetivos que tornaram possível o surgimento e o desenvolvimento dessa sociedade com os traços atípicos

* Publicado em *Democracia y Socialismo*, México, janeiro/fevereiro, 1998, pp. 5-15. Tradução de Dina Lida Kiroshita.

que apresentou, bem como as causas que determinaram sua surpreendente derrocada. Salientemos, entretanto, que se tratava de um sistema que se apresentava também como a realização da idéia, projeto ou utopia socialista de Marx e Engels. Inclusive em seus últimos anos, seus dirigentes queriam fazer passar esse “socialismo realmente existente” como o “socialismo desenvolvido”, onde já se planejava a construção das bases econômicas da sociedade superior, comunista, para distingui-lo de outras “sociedades socialistas inferiores”. E como tal foi aceita em geral, em sua imensa maioria, pela esquerda revolucionária, e sobretudo, pelo movimento comunista mundial que converteu em sua pedra de toque da qualidade comunista a defesa incondicional da pátria do “socialismo”: a União Soviética.

Quando se fala dos efeitos sociais e ideológicos do “colapso” do “socialismo real”, se trata de fatos ou de uma realidade indesejável que é preciso enfrentar.

Os efeitos da derrocada da alternativa em que, na realidade, se transformou o projeto original de emancipação de Marx, assumido com a Revolução de Outubro por Lênin e os bolcheviques, são inegáveis já que estão à vista de todos. Sublinhemos, sem esgotá-los, os seguintes:

1) descrédito do socialismo como idéia, projeto ou utopia, já que a experiência histórica invalidou o “socialismo real”;

2) inexistência na atualidade de uma alternativa efetiva ao capitalismo e, portanto, de barreiras estruturais ou limites à sua expansão econômica e hegemonia política. Ou dito em termos mais atuais: irresistível globalização econômica e política diante da qual caem os mercados e soberania nacionais;

3) fortalecimento da exploração dos trabalhadores e agravamento de suas condições de vida (desemprego crescente e tendência a transformar-se em estrutural, corte de seus benefícios sociais, etc.) e extensão das relações de dependência e dominação, pela via financeira, entre os países ricos e pobres, o que se expressa, por sua vez, no deslocamento da bipolaridade

de para a unipolaridade encarnada pela maior potência capitalista, da qual se torna instrumento a própria Organização das Nações Unidas;

4) vácuo ideológico no céu das utopias ou esperanças que é ocupado pelas velhas ideologias que pareciam estar sepultadas: o integrismo religioso, o nacionalismo exacerbado e excludente e os fundamentalismos étnicos e raciais de diversos tipos. E, finalmente,

5) desconcerto e desencanto da esquerda, tanto maior quanto mais dogmática e acriticamente tinha se comportado. Certamente, alguns sinais alentadores começam a delinear-se nesse obscuro panorama com os triunfos eleitorais da esquerda moderada na Inglaterra e na França, e com as repercussões dos movimentos sociais radicais da América Latina, como o zapatista no México e o dos Sem-terra no Brasil.

Quando se fala dos efeitos sociais e ideológicos do “colapso” do “socialismo real”, se trata de fatos ou de uma realidade indesejável que é preciso enfrentar. E, por sua vez, de fatos – imprevisíveis, certamente, mas não casuais. E, naturalmente, se é preciso encará-los, a esquerda tem de empunhar as armas da crítica e da autocrítica, por tanto tempo enferrujadas. Não vamos fixar agora nossa atenção em todos os efeitos do “colapso” antes apontados. Nos deteremos no primeiro: o descrédito da idéia de socialismo. Não se trata de uma simples questão teórica ou acadêmica, mas prática e vital, porque do resgate dessa idéia depende em grande medida uma conquista essencial: a superação do desconcerto e da passividade da esquerda, pois só mantendo viva a idéia, o projeto, que durante mais de um século constituiu para milhões de homens a razão mesma de sua existência, pode-se colocar a necessidade e possibilidade de sua realização.

Ao descrédito do socialismo, e a sua conseqüente renúncia na prática política, chega-se por distintas vias. Vejamos brevemente três delas.

Primeira: ao identificar-se o ideal com o real; ou seja: o projeto com seus resultados. O que conta, então, não é o ponto de partida, mas o de chegada. Pois bem, essa realidade a que se chega, quaisquer que sejam as intenções emancipatórias originais que estavam em seu ponto de partida, não é – de acordo com a posição que vínhamos sustentando já antes de ocorrer o “colapso” – uma sociedade socialista, se por socialismo entendemos uma sociedade ou sistema social em que os homens, libertos da dominação e exploração capitalistas, dominam suas condições de existência e

estabelecem relações mútuas sob princípios de liberdade, igualdade e justiça social. Certamente, essa sociedade requer como premissa necessária – premissa que cumpriu a Revolução de Outubro e nisso reside um significado histórico-universal que não pode ser ignorado – a abolição das relações sociais capitalistas com seus dois pilares: a propriedade privada dos meios de produção e o poder omnímodo e absoluto do mercado. Condição necessária, é preciso sublinhar, uma vez que se tende hoje a apagá-la, porém – como demonstra a experiência histórica de certo modo observada por Marx e Engels – *necessária mas não suficiente*.

O resultado do projeto original, ou sociedade construída nessas condições históricas, não foi uma sociedade socialista (nem capitalista, com certeza), mas uma nova forma – estatista, burocratizada – de dominação e exploração.

Pois bem, se importa o resultado, ainda que isso seja somente o que hoje importa aos detratores da idéia do socialismo, importa também – ao menos para os que pretendem manter viva essa idéia – procurar explicar por que se dissociou dessa realidade ao tratar de realizar-se. Só assim a idéia pode ser resgatada, sobrevivendo à encarnação histórico-concreta que acabou por se contrapor a ela. Para isso é preciso começar reconhecendo que o “socialismo real” se desenvolveu em determinadas condições históricas e que essas eram adversas, ou melhor, que esse desenvolvimento teve lugar na ausência das condições que Marx considerava necessárias, ausência que, definitivamente, impediu a construção de uma sociedade propriamente socialista. Mas, a essas condições adversas – ou inexistentes – teria que se agregar o obstáculo poderoso que, durante toda sua existência, representou a agressão – em suas mais diversas formas – do capitalismo. Mas, certamente, o resultado do projeto original, ou sociedade construída nessas condições históricas, não foi uma sociedade socialista (nem capitalista, com certeza), mas uma nova forma – estatista, burocratizada – de dominação e exploração, oposta à natureza emancipatória,

justa e libertária do socialismo. Entretanto, milhões e milhões de homens acreditaram sinceramente que o que estavam construindo era o socialismo e muitos não só sacrificaram sua liberdade, como inclusive sua própria vida para defender – dentro e fora da ex-União Soviética – a “pátria do socialismo”. E por que acreditavam nisso e eram fiéis – em muitos casos até esse grau – a suas crenças, ou melhor fé, nesse “socialismo”? Em primeiro lugar, porque o capitalismo – o sistema a vencer – o combatia como tal sem concessões nem trégua alguma. Certamente, não combatia porque o “socialismo real” negasse ou degenerasse o verdadeiro socialismo, mas porque – mesmo que não o fosse – representava para ele um desafio, um obstáculo à expansão ilimitada, própria ao sistema capitalista. Em segundo lugar, a fé nesse “socialismo” se sustentava nas afirmações dogmáticas dos ideólogos e dirigentes soviéticos que assim caracterizavam a sociedade surgida da Revolução de Outubro, seguidos acriticamente – como exige toda afirmação dogmática – pelo movimento comunista mundial, com exceção de algumas discordâncias, sobretudo a partir dos anos 60. O ocultamento da verdadeira realidade e os ganhos alcançados em certos períodos em diversos campos – saúde, educação, condições de vida e na guerra contra o nazismo – contribuíram para afirmar e afiançar cada vez mais – na medida em que se asfixiava a consciência crítica dentro do Partido e da sociedade – a aceitação dessa identificação entre socialismo e “socialismo real”. Pois bem, esses milhões e milhões de homens que, durante toda a sua vida, viveram nos países do Leste europeu essa experiência, essa realidade como socialismo, hoje nem sequer se permitem pronunciar seu nome. Dentro dessas sociedades, o terror generalizado que havia dissolvido toda crítica e uniformizado o pensamento tornou impossível sequer que se pudesse colocar o problema da verdadeira natureza do sistema soviético e das sociedades que o reproduziam em outros países e, portanto, que se colocasse a necessidade de uma alternativa socialista. Menos ainda, podia se colocar a necessidade de organizar-se e atuar – como marxistas e socialistas – em favor dessa alternativa. Por sua vez, a inexistência dessa consciência, organização e ação determinaram que as possibilidades que se abriram a partir de 1985 com a *perestroika* não se realizassem na direção de um verdadeiro socialismo e que, ao contrário, se traduzissem na restauração de um capitalismo selvagem, ou até mesmo mafioso na ex-União Soviética.

Fora dos países do Leste Europeu, a esquerda socialista, revolucionária, nunca se desligou desse modelo, apesar de não faltarem vozes de marxistas críticos, como

a de Rosa Luxemburg nos albores da Revolução de Outubro, as da “oposição operária”, Pannekoek e Korsch e o trotskismo mais tarde, mesmo que não tivessem a influência necessária para mudar o curso stalinista da Terceira Internacional. As críticas se acentuaram e ampliaram nos anos 60 e 70, devido sobretudo à invasão da Checoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia, e inclusive em alguns partidos comunistas, como o italiano e o espanhol na Europa e o mexicano, na América Latina, mesmo que sem questionar ainda a suposta natureza socialista das sociedades do “socialismo real”. Mas hoje, mais do que nunca, quando a identificação antes assinalada provém dos adversários do verdadeiro socialismo, torna-se imperiosa a necessidade de sair em busca dessa identificação para resgatar, da névoa ideológica espalhada por esses adversários, a necessidade e a validade do projeto socialista. Mas, sendo isso absolutamente necessário, não basta – pois a idéia de socialismo se degrada também – mesmo reconhecendo-se que o que foi construído em seu nome não era socialismo, quando se reivindica que esse resultado era inevitável. Declara-se, com tal motivo, que o projeto original socialista, de Marx, estava condenado de antemão por sua própria natureza, a saber: por sua concepção da história, do sujeito revolucionário e da ditadura do proletariado, a desembocar inexoravelmente no resultado que teve. Na verdade, não se pode deixar de reconhecer a necessidade de se reexaminar o pensamento de Marx, nesses como em outros pontos, para colocar o relógio marxiano na hora que marca a realidade, no fim do século XX. Com maior razão ainda, não se pode ignorar que a interpretação leninista do pensamento de Marx com sua teoria da importação da consciência de classe, socialista, do Partido como encarnação dela e depositário do sentido da história, bem como sua visão antidemocrática da ditadura do proletariado e do papel onipotente do Estado criaram possibilidades que se realizaram efetivamente com o “socialismo real”. Mas disso não se pode deduzir que a uma idéia, ou a uma possibilidade corresponda forçosamente, inevitavelmente, certa realidade e somente uma. Não se pode deduzir assim a realidade de uma idéia sem cair – como caiu Hegel – no mais absoluto idealismo. Que a negatividade da realidade soviética estava já inscrita no negativo do projeto de Marx é uma tese inadmissível por duas razões fundamentais. *Primeira*: a negatividade que se invoca do projeto marxiano é pura fantasia, pois quem poderia pôr em dúvida seu caráter libertador, emancipatório? *Segunda*: nenhuma idéia pode realizar-se como idéia pura; quer dizer, sem as mediações e condições necessárias, o que for-

çosamente se traduz – em um sentido ou em outro – em uma realização que não é um simples decalque ou duplicação da idéia.

Não se pode deduzir que a
uma idéia, ou a uma
possibilidade corresponda
forçosamente, inevitavelmente,
certa realidade e somente uma.

Pois bem, a idéia de socialismo se degrada também quando – aceitando-se seu caráter emancipatório, libertador – se a condena inexorável, fatalmente a seu fracasso ou à sua desnaturalização. E a isso se chega por duas vias falsas: 1) ao proclamar que seu impulso solidário contradiz uma suposta “natureza humana” egoísta, invariável através do tempo; e 2) quando se acredita que o ideal – concebido platonicamente – está condenado forçosamente à imperfeição ou à corrupção ao colocar o pé no real. E como prova disso se argüi o fracasso ou a negação do projeto emancipatório ao se descer de suas nuvens como ideal e tocar-se a terra como “socialismo real”. Certamente, como assinalamos antes, sempre existe uma distância ou distinção entre a idéia que aspira a realizar-se e sua realização. E, na verdade, o projeto socialista de emancipação, ou ponto de partida, ao pretender realizar-se em algumas condições históricas determinadas, quer dizer, ao tocar a terra, deu como resultado essa sociedade atípica – nem capitalista nem socialista – que foi denominada “socialismo real”. Mas o que é preciso compreender é por que, nessas condições históricas determinadas, a realização do projeto original, socialista, tornou-se impossível.

No meu modo de ver, é preciso reconhecer o que Lênin reconheceu sem rodeios: que, depois da tomada do poder pelos bolcheviques em 1917, não se davam as condições para construir o socialismo, a saber, a necessária base econômica. Mas foi também Lênin quem disse que, uma vez conquistado o poder, podiam-se criar essas condições que ainda não existiam. E aqui está a chave da explicação do que aconteceria depois, pois uma necessidade engendrava outra. A necessidade de construir o socialismo nessas condições tinha que levar à necessidade de um Estado forte, a uma planificação centralizada da economia, a um desaparecimento da débil sociedade civil, à exclusão primeiro da demo-

cracia representativa, com a dissolução da Assembléia Constituinte, e mais tarde à nova forma de democracia que significavam os soviets e, finalmente, à exclusão de toda forma de democracia. Em suma, conduzia à onipotência do Estado e do Partido único e à sujeição de toda a vida econômica, social e cultural ao domínio não compartilhado da nova classe: a burocracia estatal e do Partido. A esses males é preciso agregar o terror generalizado sob o stalinismo que acabou com toda dissidência e crítica. Tudo isso conduziu finalmente ao estancamento e sucessiva decomposição do sistema e, por último, a não poder resistir ao desafio econômico, tecnológico e militar do capitalismo, a seu colapso.

O fracasso histórico dessa experiência não pode significar que, em outras condições históricas e com outros fatores objetivos e subjetivos, o projeto socialista deva levar inexoravelmente aos mesmos resultados.

Mas o fracasso histórico dessa experiência histórica, originalmente emancipadora que, por um conjunto de fatores objetivos e subjetivos, se transformou em seu oposto, não pode significar, de modo algum, que, em outras condições históricas e com outros fatores objetivos e subjetivos, o projeto socialista deva levar inexoravelmente aos mesmos resultados. Afirmar isso suporia aferrar-se a uma concepção determinista e fatalista da história. Desse modo, à falsa concepção do caráter inevitável do socialismo, sucederia agora a concepção não menos falsa do fracasso inevitável, fatal, de toda tentativa para substituir o capitalismo pelo socialismo. Essa concepção irmanar-se-ia, por sua vez, com o alarido burguês do “fim da história” ante a imaginária eternidade do capitalismo liberal. Certamente, o destino inexorável que, com base nessa ideologia, se atribui à alternativa socialista cumpre a função de desmobilizar as consciências e paralisar a organização e ação necessárias, pois que sentido teria – politicamente – lutar por uma alternativa que está condenada ao fracasso? E, inclusive moralmente, que sentido teria exortar à luta contra as injustiças do capitalismo se com isso só se consegue elevar a cota de dores e sofrimentos?

O socialismo é hoje mais necessário do que nunca, porque o capitalismo, em sua fase neoliberal, só agrava os males que os povos padecem pelas exigências estruturais do sistema.

Estamos, então, diante da questão medular que colocamos desde o início: vale a pena reivindicar o socialismo como sociedade mais livre, justa e igualitária e lutar por ele? Não valeria a pena, se o possível se reduzisse ao real; ou seja, se todo socialismo possível se identificasse com o “socialismo real”, como pretendem os ideólogos triunfalistas da “eternidade” capitalista, com o que não restaria mais alternativa ao capitalismo mais ou menos maquiado ou liberado de sua selvajaria. Na verdade, tampouco valeria a pena se se pensasse – como o havia pensado certo marxismo ou pseudomarxismo – o oposto: o inevitável não é o capitalismo, mas o socialismo. Certamente, o colapso do que era originalmente um projeto socialista demonstra que o socialismo não é inevitável. Mas, a esse respeito, é preciso assinalar que não escapou a Marx e Engels que, se no futuro não se dava a alternativa do socialismo, dar-se-ia outra: a barbárie. Tal é o sentido de seu dilema: “socialismo ou barbárie”, com o que se põe de manifesto o destino incerto e imprevisível do socialismo. Tampouco pode-se garantir cientificamente sua chegada, inscrita ao que parece em certas leis históricas inexoráveis que à ciência da história caberia conhecer. A realização do socialismo como alternativa necessária não pode ser garantida cientificamente. Daí a falácia do chamado “socialismo científico”. Mesmo que a ciência da sociedade, da realidade a transformar, seja indispensável para transformá-la, não pode garantir a inevitabilidade dessa transformação. É certo que os erros teóricos se pagam praticamente e, às vezes, com um enorme custo humano, e daí a importância do conhecimento para a ação. Se o marxismo acertou ao descobrir que o capitalismo, por sua própria natureza, tende à expansão constante, foi um grave erro considerar que, já no século passado, havia alcançado um limite impossível de transpor (Marx), ou que já nos albores deste século era um capitalismo “agonizante” (Lênin). Por sua vez, e em relação com a luta que deve ser empreendida pelo socialismo, sublinhemos que é preciso empreendê-la justamente porque não é inevitá-

vel. Ninguém se incorporaria a essa luta porque a meta que se almeja esteja garantida cientificamente, mas sim porque tal meta, ideal ou utopia, é um valor, ou um conjunto de valores (liberdade, igualdade, justiça, fraternidade) que devem reger as relações entre os indivíduos e entre os povos. O que introduz, por sua vez, a rejeição dos princípios que vigem na sociedade capitalista: desigualdade, exploração, injustiça, insolidariedade, egoísmo, etc. Vale a pena lutar pelo socialismo porque o consideramos valioso e desejável. Assim, pois, o conceito de socialismo contém não só a consciência de sua necessidade e possibilidade, como também sua desejabilidade, já que se trata de valores pelos quais considera-se digno lutar. E, no entanto, isso não basta. Os sacrifícios e esforços que exige o contribuir para essa meta valiosa não só se justificam por sua natureza axiológica, pela superioridade de seus valores sobre os de um sistema por essência opressor e explorador, mas também pela convicção de que essa meta pode ser alcançada se se recorre à organização e ação consciente quando se dão as condições necessárias para isso. Como dizíamos anteriormente, não valeriam a pena esses sacrifícios e esses esforços se estivessem destinados – independentemente de suas intenções e aspirações emancipatórias – a fracassar inevitavelmente, como advertem enganosamente os que se vestem com uma concepção determinista ou fatalista da história, ou com uma concepção abstrata, metafísica, da natureza humana: aquela que identifica tal natureza com a egoísta, competitiva, insolidária do homem burguês.

O socialismo é hoje mais necessário do que nunca, porque o capitalismo, em sua fase neoliberal, só agrava os males que os povos padecem pelas exigências estruturais do sistema. É verdade que a alternativa social do “socialismo real” não resolveu esses problemas, mas como mostra claramente a experiência dos últimos anos após o seu colapso nesses países, não os resolverá de modo algum o retorno ao capitalismo, e menos ainda em suas fases – não tão distanciadas entre si – neoliberal ou selvagem. A humanidade necessita, além disso, do socialismo para não desaparecer sob a outra alternativa: a barbárie, mas agora na forma extrema, absoluta, da barbárie ecológica ou nuclear. De fato, não valeu a pena a experiência histórica do “socialismo real” porque, definitivamente, nela não se realizaram os valores socialistas. Mas, já que a história não está predestinada, uma vez que a fazem os homens, e visto que nenhuma fase dela e, certamente, a capitalista, pode considerar-se eterna, sem fim, a perspectiva de um socialismo necessário, desejável e possível, ainda que incerta e não-imediata, continua aberta para a esquerda que sempre

lutou pela igualdade e a justiça. É uma perspectiva, entretanto, não só para o futuro, para o “grande dia” em que deverá realizar-se a utopia socialista, mas que deve abrir-se desde o presente, na medida em que se luta pela democracia efetiva para ampliar as liberdades reais e conquistar espaços de igualdade e justiça social; na medida em que se defendem os direitos humanos, a soberania nacional e relações harmônicas do homem com a natureza. Sem renunciar à reivindicação de seus sacrifícios e conquistas do passado, a esquerda deve assumir esse passado criticamente, tirando dele as lições que sejam necessárias. Deve descartar por isso o subjetivismo e o praticismo e compreender que só com base no conhecimento da realidade podem ser traçadas, em política, a estratégia e a tática adequadas. Essa esquerda, sem renunciar, em nenhum momento, à crítica externa e à autocrítica em seu seio, deve assumir a necessidade do diálogo, da tolerância, da argumentação racional em defesa e propagação das posições próprias sem confundir o dissidente ou discrepante com o inimigo. Essa esquerda deve descartar, também, o princípio jesuítico de que o fim justifica os meios e compreender que existem meios injustificáveis. Essa esquerda não pode reduzir a política a seu lado puramente instrumental, pragmático, esquecendo que deve estar impregnada de seus fins e valores socialistas e, por isso, de um elevado conteúdo moral. Essa esquerda, em suma, deve libertar-se das idéias, atitudes e práticas – como o autoritarismo, o caudilhismo, o dogmatismo e o taticismo – que, no passado, contribuíram para afastar a maioria social da perspectiva do socialismo. Com maior razão, essa esquerda não deve fechar-se em si mesma nessa perspectiva, invocando o peso e a urgência de reivindicações como a da interminável democratização do país, esquecendo que quanto mais efetiva e radical for a democracia tanto mais se aproximará da perspectiva do socialismo, e que o socialismo, por sua vez, é inconcebível sem a democracia em todos os aspectos da vida social.

Concluindo, é necessária uma esquerda que herde o melhor de sua tradição, que supere as idéias, atitudes e práticas do passado que se tornaram um obstáculo no presente, e que enfrente abertamente, com uma nova mentalidade, as novas exigências da realidade. Só uma esquerda como essa poderá contribuir efetivamente para a emancipação que resumimos no socialismo. E essa contribuição da esquerda justifica, por sua vez – e com isto respondemos à pergunta inicial –, por que o socialismo como sociedade emancipada, sem exploração nem dominação de classe, raça, nação, etnia ou gênero, é hoje, mais do que nunca, um valor – valha a redundância – que vale a pena.

